

## **Educomunicação e *Fake News*: Contribuições da Alfabetização Midiática para a Transformação Social<sup>1</sup>**

Marcele Aroca CAMY<sup>2</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, MS

### **RESUMO**

A proliferação das *Fake News* em cenário global e o impacto causado na sociedade vêm provocando estudos, pesquisas e debates nas mais diversas esferas. O fácil acesso a conteúdos e informações gera constantemente novos desafios em torno das audiências. Nesse sentido, este artigo apresenta alguns conceitos acerca da Alfabetização Midiática, conforme proposta da Unesco, além de iniciativas e caminhos acadêmicos que vêm sendo traçados para avanços no processo. Portanto, entender as contribuições da Educomunicação neste cenário, como algo construtor e impulsionador de empoderamento e fortalecimento do pensamento crítico, de forma democrática, é de significativa relevância para a transformação social e a formação de cidadãos esclarecidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educomunicação; Fake News; Alfabetização Midiática.

### **INTRODUÇÃO**

A proposta de apontar contribuições da Alfabetização Mediática no combate a notícias falsas (*Fake News*) fundamenta-se na preocupação de pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Sociais Aplicadas em reverter um quadro de pensamento coletivo, homogeneizado por informações distorcidas e que deixa em segundo plano a liberdade da opinião crítica ou que contrarie o que foi aprovado pelo entendimento da maioria.

Neste sentido, este artigo apresenta uma breve contextualização de como o termo “*Fake News*” foi identificado desde seu surgimento, no século XIX, sempre com o objetivo de modificar a opinião da sociedade, ou manipulando os fatos, a fim de alcançar objetivos pessoais de diferentes personagens que buscavam ascensão e poder dentre os demais cidadãos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação (bolsa Capes) pelo Programa de Pós-Graduação da UFMS, onde também integra o Grupo de Estudos Comunicação e Educação. E-mail: [marcelearoaca@gmail.com](mailto:marcelearoaca@gmail.com).

---

Em tempos mais recentes, pontuou-se ‘boatos’ famosos que ficaram marcados na memória da população brasileira, por intermédio da repercussão gerada na mídia e que até hoje deixam margem para divagação. A comunicação também utilizou este modelo de ‘distorção’ nas informações para promover críticas ao sistema político brasileiro.

Contudo, a urgência em buscar conter esta inversão de valores, provocadas pelas *Fake News*, estimulou pesquisadores europeus a iniciarem um projeto piloto idealizado com apoio de jornalistas, a fim de desenvolver um programa de formação para educadores e estudantes e ensiná-los a identificar este tipo de publicação.

Em cenário nacional, a Educomunicação com uma proposta inovadora e democrática aponta inclusive a necessidade de integrar os saberes da educação e comunicação ao processo de aprendizagem da população. O objetivo é despertar, desde o período da educação básica, o senso de interpretação da realidade dos estudantes, do mundo onde vivem e aprenderem a questionar as informações as quais são submetidos.

No entanto, é necessário levar em conta a realidade sócio-econômica e educacional brasileira, pois não há como desvincular um cenário de todas as realidades que o compõem. Desta forma, vale registrar que o Brasil ainda apresenta desfavoráveis índices de desemprego e baixa escolaridade. Segundo o site G1 (2019), 35% dos brasileiros com mais de 14 anos não completaram o ensino fundamental. Os dados são do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), contidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do primeiro trimestre deste ano. Além disso, a publicação destaca que no mesmo período, o desemprego cresceu em 14 das 27 unidades da federação. Além disso, o site O Globo (2019) retrata que o Brasil possui 11,3 milhões de analfabetos (15 anos ou mais), um cenário com mudanças ainda muito lentas.

Apresenta-se também neste artigo considerações do pesquisador e docente da ECA/USP, Ismar de Oliveira Soares, uma das principais referências brasileiras em Educomunicação, citando inclusive o trabalho desenvolvido na criação da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), no ano de 2012, até observações feitas sobre o novo Plano de Educação Nacional, apresentado pelo Ministério da Educação (MEC), em julho de 2014, eventos e acontecimentos que contribuíram para o despertar de importantes iniciativas.

E por fim, reflexões acerca de publicações da própria Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que discorrem sobre

---

“Alfabetização Midiática e Informacional” (AMI), com diretrizes e abordagens sobre políticas, estratégias, formação de professores, avaliações globais e competências do país.

Com as abordagens desenvolvidas, tem-se o objetivo de defender a mudança no cenário de educação fragmentada e superficial, para o modelo apresentado pela Educomunicação. Ou seja, promover uma educação inclusiva, que respeite a vivência cultural dos estudantes e suas famílias, aproximando-os do ambiente escolar, a fim de construir em conjunto um processo de aprendizado participativo, cidadão e consciente.

## **FAKE NEWS E A MANIPULAÇÃO DAS INFORMAÇÕES: RELATOS HISTÓRICOS E JORNALÍSTICOS**

No trabalho de pesquisa sobre o conceito e a história do termo ‘*Fake News*’ observou-se um certo reducionismo dos autores ao informar que, a partir de 2018, a expressão se popularizou em razão da avalanche de informações falsas divulgadas, publicadas e compartilhadas no ambiente virtual.

É certo que os efeitos destas publicações aumentaram exponencialmente tornando o processo de identificação cada vez mais trabalhoso, contudo é necessário pontuar que a palavra inglesa, *Fake News*, significa ‘Notícia Falsa’ em português. A título de esclarecimento, o dicionário *Merriam-Webster*<sup>3</sup> revela que o termo é relativamente antigo, utilizado desde o final do século XIX, para denominar informações falsas publicadas nos meios de comunicação.

Em contrapartida, o Dicionário de Cambridge<sup>4</sup> define a expressão como indicativo de histórias falsas, produzidas de forma a aparentarem o formato de notícias jornalísticas, amplamente compartilhadas no ambiente virtual. Apesar de não citar a data do surgimento, argumenta que as informações são criadas para influenciar pontos de vista políticos ou utilizadas para criarem piadas.

A fim de contextualizar a trajetória da expressão reconhecida em todas as partes do mundo é oportuno citar um artigo<sup>5</sup> do jornalista espanhol Guillermo Altares,

---

<sup>3</sup> <https://www.merriam-webster.com/>

<sup>4</sup> <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fake-news>

<sup>5</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298\\_389944.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298_389944.html)

publicado no periódico ‘El Pais’, em 2018, no qual argumenta que, desde a antiguidade, verdade e mentira se misturam muitíssimas vezes, e essas realidades falsas influenciaram o presente.

Em suas considerações finais, Altares reforça que o histórico das notícias falsas é substancial e disseminado bem antes do surgimento da internet. “Mas, elas sempre necessitaram de um bom caldo de cultivo. As mentiras que se espalham e convencem as massas não surgiram com as redes sociais” (2018, p. 91).

Acelerando a linha temporal que pontua períodos importantes da divulgação de notícias falsas destaca-se a opinião do jornalista e escritor Otavio Frias Filho (2018) que faz uma analogia das *Fake News* com boatos, ao recordar a notícia de que os norte-americanos enviaram homens à Lua, em 1969.

Apesar da ampla divulgação e interesse popular, surgiram vários boatos de que as imagens apresentadas nas emissoras de televisão eram forjadas. Ou ainda, em 1985, quando o presidente eleito Tancredo Neves faleceu em decorrência de um procedimento cirúrgico mal sucedido. Na ocasião, circularam informações de que ele teria sido vítima de um atentado, por ter sido o presidente escolhido pelo sistema democrático.

O termo *fake news* deveria ser compreendido como toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má-fé, neste caso, com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política. É prudente, tudo indica, isolar a prática, diferenciando-a da mera expressão de pontos de vista falsos ou errôneos, assim como do entrelaçamento de visões extremadas (FRIAS, 2018, p.43).

Além dos relatos históricos e jornalísticos é válido recordar iniciativas que utilizaram da sátira para realizarem críticas políticas ou divertirem os leitores, como o semanário brasileiro ‘O Pasquim’ - que circulou entre as décadas de 1970 e 1990, ou mais recentemente, os portais eletrônicos Sensacionalista<sup>6</sup> e o The Piauí Herald<sup>7</sup>. As três publicações se utilizaram da ironia e sátira e acabaram conquistando grande parte da audiência entre a população brasileira (CARVALHO; KANFLER, 2018).

É oportuno recordar a iniciativa da Associação dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo (AEPPSP)<sup>8</sup>, que em 2017 divulgou um estudo realizado para mapear os maiores portais de divulgação de notícias falsas.

<sup>6</sup> <https://www.sensacionalista.com.br/>

<sup>7</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/herald/>

<sup>8</sup> <https://aeppsp.org.br/>

---

Entre as características apresentadas pelos sítios que propagavam *Fake News* estão: uma maioria registrada com domínio “.com” ou “.org” (sem o “.br” no final) - dificultando assim a identificação dos responsáveis, facilitada pelos domínios nacionais; o fato de não possuírem páginas que identifiquem os administradores, corpo editorial ou jornalistas; ‘notícias’ não são assinadas; textos produzidos com claro discurso ideológico e incitando o ódio; criação de nomes semelhantes com outros sites jornalísticos ou blogs autorais reconhecidos, além registros de muitas propagandas (o que significa que a cada nova visualização, o dono do site é remunerado).

### INICIATIVAS ACADÊMICAS

Um grupo de estudiosos e pesquisadores europeus considerou relevante criar o Projeto Europeu de Educação para os Media (*Media In Action*), no ano de 2017, a fim de oferecer uma formação específica sobre o tema *Fake News* para educadores. No entendimento dos organizadores, o objetivo principal é contribuir para que professores e alunos possam ampliar a capacidade compreensão na utilização e acesso ao ambiente do ciberespaço.

Na avaliação de três pesquisadores do grupo (BRITES; AMARAL; CATARINO, 2018), faz-se necessário refletir sobre o papel dinâmico que o *digital storytelling*<sup>9</sup> pode ter no trabalho pedagógico realizado com crianças e jovens. Conforme pontuado pelos autores, os ‘fatos alternativos’ e a ‘era pós-verdade’ são uma ameaça à democracia mundial. “Destaca-se a produção e consumo de ‘notícias falsas’, e ainda, a ausência de rotinas práticas de verificação da veracidade por profissionais de informação” (BRITES; AMARAL; CATARINO, 2018, p.85).

Corroborando com as observações dos pesquisadores, Bakis e Mc Stay (2018, p.6) destacam ainda que:

As notícias falsas são social e democraticamente problemáticas em três frentes: (1) a produção de cidadãos erroneamente informados, que (2) provavelmente ficam erroneamente informados em “*echo chambers*” e (3) são emocionalmente hostilizados ou indignados diante da afetiva e provocativa natureza de muitas notícias falsas.

---

<sup>9</sup>*Storytelling*: é a capacidade de contar histórias de maneira relevante, utilizando de recursos audiovisuais e palavras.

---

Outra informação que reforça o comprometimento do projeto é o envolvimento de educadores, acadêmicos e jornalistas, por compreenderem a importância da multidisciplinaridade, na produção de materiais didáticos e de apoio, utilizados no programa de formação de professores. (BRITES; AMARAL; CATARINO, 2018) Apontam ainda os aspectos focados no conteúdo de aprendizagem dos educadores: formação ao longo da vida, repercussão da formação na escola e incidência de processos de formação continuados para atualizar os profissionais.

A iniciativa idealizada a partir do projeto piloto *Media Literacy For All - Grant Agreement* também receberá propostas colaborativas, com intuito de testar ações inovadoras, as quais visam aumentar a capacidade dos cidadãos de pensar criticamente sobre o conteúdo que recebem por meio das mídias sociais, além dos conteúdos da mídia tradicional.

Na avaliação dos idealizadores, a Alfabetização Midiática inclui todas as capacidades técnicas, cognitivas, sociais, cívicas e criativas, a fim de permitirem ao cidadão uma melhor compreensão crítica e interação com ela. Quando se fala em mídia, busca-se abarcar um sentido amplo, o qual inclui: televisão, rádio, imprensa, internet e mídias sociais. “Essas capacidades permitem ao cidadão participar dos aspectos econômicos, sociais e culturais da sociedade, além de ter um papel ativo no processo democrático”. (BRITES; AMARAL; CATARINO, 2018, p. 91).

Conforme relatado no artigo, o projeto está em fase de problematização, no qual será analisado, por meio de mais estudos e debates, o cenário atual do jornalismo e do ecossistema midiático. Em relação à aplicabilidade, foram escolhidos os seguintes países: Gales, Espanha, Itália, Malta e Portugal.

Na América Latina, o I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação, em maio de 1998 (SOARES, 2014, p. 14) – iniciativa do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE/USP), coordenado por Ismar de Oliveira Soares, associado ao *World Council for Media Education*, teve como tema “*Multimedia and Education in a Globalized World*”. A ocasião foi resultado de fértil interesse na interface comunicação/educação e, entre as conclusões, Roberto Ferguson aponta que a “*media education* deveria estar focada numa metodologia que favorecesse a construção

---

coletiva e solidária de conhecimentos a serviço da análise crítica da mídia” (SOARES, 2014, p. 15-16).

Já o próprio Soares (2014), no lugar da análise dos meios de informação em si mesmos, foca no processo comunicativo. E assim, o pesquisador vai aprofundando seu olhar para novo campo em construção, e por meio de uma pesquisa junto a especialistas latino-americanos, desenvolvida entre 1997 e 1999, com o NCE/USP, nomeia o conceito “Educomunicação”, pressupondo autonomia epistemológica de sua ação, buscando sustentação nas interfaces e no encontro dos dois campos: Comunicação e Educação.

Avançando ainda mais, o pesquisador e professor titular da ECA/USP, incentiva a criação no Brasil, no ano de 2012, da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) - um marco substancial para o campo e suas práticas. Para a Associação, a Educomunicação é entendida como:

Um paradigma orientador de práticas sócio-educativo-comunicacionais que têm como meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias, levando ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequente exercício prático do direito universal à expressão (ABPEducom, 2019).

E sendo o lócus da prática a interface Comunicação/Educação, a ABPEducom ainda reforça que entre suas metas, estão o:

desenvolvimento de práticas de “literacia midiática”, mediante exercícios que facilitem o entendimento e a análise do comportamento operacional dos meios de comunicação, bem como orientem o convívio com as mensagens midiáticas e seu uso no cotidiano da vida em sociedade (ABPEducom, 2019).

Assim, dentre diversos esforços da entidade, vale citar a publicação do livro organizado por Ismar de Oliveira Soares, Claudemir Edson Viana e Jurema Brasil Xavier (2016): “Educomunicação e Alfabetização Midiática: conceitos, práticas e interlocuções”, com 24 artigos dedicados ao tema. E ainda, o II Congresso Internacional de Comunicação e Educação, realizado em conjunto com o NCE/USP, em novembro de 2018, na Universidade de São Paulo, com o tema: “Educação Midiática: práticas democráticas pela transformação social”.

## **CONTRIBUIÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA**

Também chamada de Educação para os meios, educação midiática, leitura crítica da mídia, literacia midiática e outros nomes, a Alfabetização Midiática vem ganhando cada vez mais espaço em diferentes órgãos e situações. A pauta conta inclusive com importante papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que discute o tema em esfera mundial e proporciona grande visibilidade ao assunto.

Assim, com as disparidades econômicas e crises mundiais, a alfabetização pode ser pensada como algo vital para sobrevivência e desenvolvimento humano, não estando ligada somente ao ato de escrever, mas de compreender a informação e, por meio dela, tomar decisões, fazer escolhas e participar da sociedade.

Ampliando para Alfabetização Midiática, que “examina como o ambiente midiático facilita, molda, permite e, em alguns casos, constrange o engajamento com a informação e o processo de comunicação” (UNESCO, 2016, p. 47), pode-se compreender que a pessoa alfabetizada em mídia, segundo a organização, é alguém que: compreende as funções e o papel das mídias nas sociedades democráticas; assim como as condições nas quais essas funções podem ser realizadas; tem condições de avaliar o conteúdo midiático com criticidade; pode engajar-se nas mídias para diálogo intercultural, autoexpressão e participação democrática; e ainda aplica as habilidades das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) no intuito de produzir conteúdos gerados por usuários.

A mesma organização também discorre amplamente sobre o conceito de Alfabetização Informacional, esclarecendo que esta última centra-se no engajamento com a informação e no processo de se tornar informado.



Figura 1.1: Resultados e elementos da alfabetização midiática e informacional<sup>36</sup>

### ▶ Alfabetização informacional

Definição e articulação de necessidades informacionais	Localização e acesso à informação	Apreciação da informação com senso crítico	Organização da informação	Uso ético da informação	Comunicação da informação	Uso das habilidades das TIC no processamento da informação
--	-----------------------------------	--	---------------------------	-------------------------	---------------------------	--

### ▶ Alfabetização midiática

Compreensão do papel e das funções das mídias em sociedades democráticas	Compreensão das condições sob as quais as mídias podem cumprir suas funções	Avaliação crítica do conteúdo midiático à luz das funções da mídia	Compromisso junto às mídias para a autoexpressão e a participação democrática	Revisão das habilidades (incluindo as TIC) necessárias para a produção de conteúdos pelos usuários
--	---	--	---	--

Fonte: Unesco, 2016.

Há uma terceira proposta que é a AMI: Alfabetização Midiática e Informacional (Alfabetização Midiática+Alfabetização Informacional). “Essa abordagem inovadora harmoniza o campo em geral e enfatiza a necessidade de uma abordagem teórica de múltiplas perspectivas” (UNESCO, 2016, p. 52).

Assim, no que se refere ao fenômeno das *Fake News*, ela é importante aliada:

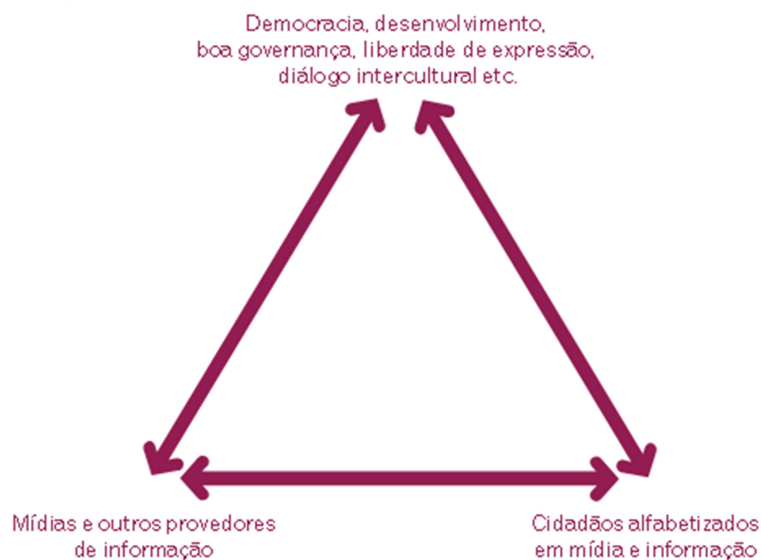
Se a compreensão, a má compreensão ou a falta de compreensão das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, começam nas mentes de homens, mulheres e crianças, suas mentes precisam ser empoderadas para que possam se beneficiar da mídia e da informação às quais têm acesso. Da mesma forma, se o uso, o uso incorreto ou a falta de uso da mídia e da informação, incluindo aqueles na internet, começam nas mentes de homens, mulheres e crianças, é em suas mentes que devemos superar esses desafios. Para isso, são necessárias políticas e estratégias nacionais pertinentes à AMI a fim de permitir que os cidadãos compreendam o cenário de rápida evolução que envolve as mídias, as informações e as tecnologias em que estamos imersos, bem como permitir uma renovação da definição de engajamento dos cidadãos (UNESCO, 2016, p. 43).

A organização alega ainda que a incorporação da AMI na sociedade e educação

proporcionam benefícios para as instituições de pesquisa, governo, cidadãos e sistemas de mídia e informação.

Os benefícios das políticas e das estratégias da AMI estão divididos em: Para o cidadão - Maior participação ativa e democrática, Conscientização das responsabilidades éticas da cidadania global, Permissão da diversidade, diálogo e tolerância; Para os governos nas área de saúde, governança, educação e economia; e na Melhor qualidade de mídia e provedores de informação (UNESCO, 2016).

Figura 1.9: **Relações que impulsionam a AMI**



Fonte: Unesco, 2016.

Políticas e estratégias serão sempre necessárias para o resultado e impacto positivo do processo. No entanto, há também os desafios. Na perspectiva da pesquisa brasileira, Lopes (2014) afirma que investigar recepção exige foco no tempo do consumo e produção, articulados pela especificidade dos dispositivos tecnológicos e discursivos da comunicação de massa, e ainda pela cotidianidade:

A pesquisa de recepção ainda necessita desenvolver uma experimentação metodológica de multimétodos através de projetos integrados multidisciplinares que procurem combinar os avanços teóricos com as construções empírico-descritivas, e que realizem uma interpretação crítica, cultural e política dos processos de recepção da comunicação, a fim de que possam firmar uma ótica teórica compreensiva (LOPES, 2014, p. 47).

---

Já Gomez (2014) chama a atenção para interatividade proporcionada pelo digital, alegando que a sociedade passa a desenvolver seu potencial de participação ao transformar as informações que recebem em novos produtos, reinterpretados a partir de sua vivência e condições socioculturais. “Assim, emerge-se uma nova cidadania que, a partir das telas, como audiência-usuários, pode incidir na vida cotidiana real, na esfera pública e nos cenários econômicos e financeiros” (GOMEZ, 2014, p.94).

Desta forma, a prática educomunicativa tem indissociável relação com o cenário; pois a interatividade e a participação das “novas” audiências são caminho sem volta e que precisa ser melhor entendida e processada desde um olhar mais crítico para o consumo da informação, que conseqüentemente vai refletir no que se for produzir ou mesmo compartilhar.

Assim, a inserção da Alfabetização Midiática nas escolas, por exemplo, pede um planejamento conjunto de ações, inseridas no plano pedagógico das instituições de ensino. Por seu caráter inovador, o processo educomunicativo deve envolver todos os personagens existentes no ambiente escolar, o que é outro desafio, mas de possível concretização e que já vêm demonstrando alguns avanços.

O Plano Nacional de Educação, elaborado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), em julho de 2014, no Congresso Nacional, foi analisado por Soares (2016) na perspectiva dos avanços conquistados pela Educomunicação, visto que o texto apresentado reconhece a urgência de aproximar a educação e a comunicação, a partir de suas linguagens e tecnologias. “Demonstra ser foco de preocupação de todos os que se decidem por qualificar os processos educativos destinados à infância e juventude integradas no ecossistema midiático”. (SOARES, 2016, p.24).

Para o autor, o fato da proposição feita pelo MEC de anunciar a intenção de introduzir na educação básica elementos inerentes ao universo da sociedade da comunicação e informação revela o grau de mobilização e alcance conquistados pela Educomunicação e Mídia-educação na defesa de renovação da educação brasileira.

O passo inicial para a construção de um novo modelo educacional pode ser observado a partir de experiências práticas da mídia-educativa, a qual comprovou reunir condições para garantir, o exercício indispensável da autonomia, diversidade e protagonismo dos sujeitos sociais, como por exemplo, professores, alunos e membros da comunidade escolar (SOARES, 2016).

---

Na segunda revisão do Plano Nacional apresentada pelo MEC, Soares (2016) observa as proposições apresentadas para a alfabetização midiática no ensino básico e pontua as considerações feitas a partir da inserção dos processos comunicativos, no plano de aprendizagem. “Quem consegue usar criticamente seu potencial de fazer perguntas na vida cotidiana saberá ser crítico na análise de questões mais complexas e abrangentes” (SOARES, 2016, p. 39).

Considerando o aprendizado que pode ser conquistado pelos estudantes, na perspectiva da Educomunicação, a qual estimula o pensamento criativo e crítico, além da experiência no uso de tecnologias da informação e comunicação, tem-se uma ferramenta importante para questionar e desconfiar das informações proliferadas no ambiente virtual.

Além disso, dentro e fora dos ambientes formais e informais de aprendizagem, a alfabetização midiática tem constantes resultados, pois trata-se de uma ferramenta de construção social, que forma cidadãos reflexivos, capazes de interpretar e protagonizarem o mundo a sua volta. Sendo assim, audiências positivamente críticas e menos favoráveis a manipulações via conteúdo midiático.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As pesquisas e leituras consultadas para a elaboração do presente trabalho reforçam a importância da comunicação em todas as esferas da vida social, e a contribuição fundamental da educação, em acelerar a implantação de políticas públicas que consigam integrar os dois saberes.

Iniciativas de formação para educadores e estudantes contam com apoio de diversos países europeus, preocupados em despertarem o senso crítico sobre as informações consumidas no ambiente virtual. Com uma perspectiva interdisciplinar convocam educadores, jornalistas e pesquisadores de outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas, para construir juntos, mecanismos de ensino que protejam a liberdade de expressão e a democracia das nações.

No cenário nacional, a Educomunicação demonstra que a cultura da participação exige novas demandas de alfabetização, assim como a própria renovação do cenário de aprendizagem. A amplitude de informações a qual a sociedade está sujeita, com a popularização dos meios digitais como a internet e o smartphone, podem contribuir com o processo de conhecimento. Ou em contrapartida, provocar um retrocesso democrático

no pensamento coletivo do cidadão comum, que se vê bombardeado de informações falsas e construídas de forma a induzir sua interpretação do que é correto, na vida em sociedade.

Conforme Lopes (2014), a “Educação para os Meios” termo utilizado pela pesquisadora, deve ser uma linha de trabalho menos teórica e mais investigativa como condição para vincular esforços das pesquisas de recepção com trabalho pedagógico das audiências; pois segundo ela, com este impulso, educadores e comunicadores ganham: nos movimentos para democratização dos meios e na maior participação das pessoas na construção cotidiana da cidadania.

## REFERÊNCIAS

ABPEDUCOM. Conceito. Disponível em: <http://www.abpeducom.org.br/educom/conceito/>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

BAKIR, V., & MCSTAY, A. (2018). *Fake News and The Economy of Emotions: Problems, causes, solutions*. In.: *Digital Journalism*, vol. 6 n.: 2, 154–175. Disponível em: <http://doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>. Acesso em 20 de junho de 2019.

BRITES, Maria José; AMARAL, Inês; CATARINO, Fernando. A era das “fake news”: o digital storytelling como promotor do pensamento crítico. In.: *Journal of Digital Media & Interaction* Vol. 1, No. 1, (2018), pp. 85-98 CC 2018 DIGIMEDIA. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/55530> Acesso em 21 de junho de 2019.

CAMBRIDGE. Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fake-news>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

CARVALHO, Gustavo Arthur Coelho Lobo de; KANFFER, Gustavo Guilherme Bezerra. O Tratamento Jurídico das Notícias Falsas (*fake news*). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/tratamento-juridico-noticias-falsas.pdf> . Acesso em: 30 de maio de 2019.

FRIAS, Otavio Filho. O que é falso sobre *fake News*. In.: *Revista USP*, São Paulo, SP, n. 116 • p. 39-44 • janeiro/fevereiro/março 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146576> .Acesso em 20 de junho de 2019.

GOMEZ, Guillermo Orozco. *Educomunicação: Recepção midiática, aprendizagens e cidadania*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2014.

G1. Percentual de brasileiros com mais 14 anos não completaram o ensino fundamental, aponta IBGE. – Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/16/35percent-dos-brasileiros-com-mais-de-14-anos-nao-completaram-o-ensino-fundamental-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 29 de junho de 2019.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Pesquisas de recepção e Educação para os Meios. In: APARICI, Roberto. Educomunicação para além 2.0. São Paulo: Ed. Paulinas, 2014.

MERRIAM WEBSTER DICTIONARY. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

O GLOBO. Brasil ainda tem 113 milhões de analfabetos. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-113-milhoes-de-analfabetos-23745356>. Acesso em 29 de junho de 2019.

SOARES, Ismar de Oliveira. A Educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico. In.: Revista Comunicação & Educação, Ano XXI, nº 01, Jan/junho, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451>. Acesso em 10 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. A educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção. In: APARICI, Roberto. Educomunicação para além 2.0. São Paulo: Ed. Paulinas, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir, XAVIER, Jurema Brasil. Educomunicação e alfabetização midiática: conceitos, práticas e interlocuções / [recurso eletrônico]: (org.) – São Paulo, SP: ABPEducon, 2016. 1 e-book ISBN 978-85-68365-04-5. Disponível em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/2017-call-proposals-pilot-project-media-literacy-all> . Acesso em 10 de junho de 2019.

Unesco. Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: Cetic.br, 2016.204 p., ilus.